



DATA DA REUNIÃO: DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte declaração:-----

Declaração Política

Sendo esta a primeira reunião de setembro, mês associado a rentrée política os edis eleitos nas Listas do Partido Socialista entendem que se impõe fazer um pequeno balanço da atividade desenvolvida ao longo destes 11 meses de mandato.

O início deste mandato autárquico coincidiu com um período de grande austeridade vivido no nosso País. Assistimos ao longo destes 3 anos a uma subida generalizada dos impostos diretos e indiretos e ao mesmo tempo vimos o Estado diminuir o seu papel na proteção da população (subsídio de desemprego, reformas, taxas moderadoras, etc) acompanhado pelo encerramento de serviços de proximidade como, hospitais, tribunais, serviços de finanças e escolas.

No contexto local, este executivo iniciou o seu mandato com uma série de processos herdados do anterior executivo que teve que resolver e em muitos casos assumir encargos relacionados com a gestão anterior.

Foi neste quadro difícil que se iniciou o nosso mandato e no nosso entender é importante começar por aqui para melhor se compreender o esforço feito ao longo destes meses pela nossa autarquia.

No início do mandato decidimos baixar as taxas, tarifas e impostos locais no nosso concelho, cumprindo assim a promessa eleitoral realizada aos Tirsenses. Esta descida de impostos, taxas e tarifas representou para a autarquia um esforço financeiro de vários milhões de euros mas, no nosso entender, era essencial para ajudar as famílias e empresas do nosso concelho. Compensamos este esforço financeiro diminuindo a despesa corrente, assim mandam as regras da boa gestão.

Criamos e melhoramos mecanismos de proteção aos mais desfavorecidos procurando dar resposta ao aumento das dificuldades das famílias Tirsenses. Esta aposta na coesão social é sem dúvida uma das grandes prioridades deste executivo.

Ao nível da educação procuramos responder aos anseios dos pais criando programas de ocupação aos estudantes durante o período não letivo, iniciamos o processo de modernização informática dos serviços de educação para melhorar a nossa capacidade de resposta, dentro das nossas capacidades e competências.

Ao nível cultural procuramos ajudar a afirmar o nosso concelho no panorama regional e nacional apostando, reestruturando e criando eventos. Procuramos apoiar e dinamizar este setor tão importante que certamente no futuro será um dos grandes elementos diferenciadores do nosso concelho no panorama regional.

A nível desportivo e associativo procuramos apoiar as associações do nosso concelho nas suas atividades, assinando contratos-programa de desenvolvimento desportivo para assim ficarem mais transparentes os apoios dados pelo município. Desenvolvemos mecanismos para potenciar a utilização das estruturas desportivas do nosso concelho e apoiamos a realização de novos eventos de cariz nacional e internacional promovendo assim o Município de Santo Tirso além-fronteiras.

Procuramos criar mecanismos de participação e auscultação, com a introdução do Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal da Educação e Conselho Económico e Social, bem como, a criação do Orçamento Participativo Jovem.

Ao nível político tentamos fomentar uma cultura de inclusão, abertura e diálogo, começando na elaboração do Orçamento para 2014 para o qual promovemos audiências entre os vários partidos políticos representados na assembleia municipal e o executivo da Câmara para assim poder recolher os mais diversos contributos. Procuramos também estar mais próximos da população e realizamos pela primeira vez as reuniões públicas de Câmara descentralizadas, nas freguesias do nosso concelho. Reforçamos também a autonomia das juntas de freguesia através da atribuição dos apoios financeiros de uma forma mais equitativa e aumentamos as transferências de capital, permitindo que as juntas possam ter uma maior autonomia na sua gestão sem estarem dependentes da autarquia municipal.

No nosso entender, este início de mandato tem-se revelado um desafio interessante pois apesar das enormes restrições financeiras, esta autarquia tem conseguido encontrar novas respostas para os desafios cada vez maiores com que nos confrontamos. Iremos continuar a lutar pela defesa e pela afirmação do nosso concelho, procurando que cada vez mais Santo Tirso seja reconhecido como um dos locais de excelência para viver, trabalhar e investir.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista,

Santo Tirso, 2 de setembro de 2014

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 21 Fl. 5
02 de setembro de 2014

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/SETEMBRO/2014 – ATA Nº 21

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária da câmara municipal de 11/08/2014
- 2 – Aprovação da ata da reunião extraordinária da câmara municipal de 14/08/2014
- 3 – Proposta de Transição para a câmara municipal, por Mobilidade, de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 4 – Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P., e o Município de Santo Tirso, relativo ao Licenciamento Zero e ao Sistema de Indústria Responsável: Aprovação
- 5 – Processo de Consulta para Contratação de um Auditor Externo em cumprimento do disposto no art. 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro: Nomeação
- 6 – Abertura de Procedimento Concursal para Aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas aos alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico no período de interrupção lectiva (programa mimar) – Pedido de autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais
- 7 – Abertura de Procedimento Concursal para Aquisição e distribuição de fruta e produtos hortofrutícolas aos alunos que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico - Regime de Fruta Escolar 2014/2015 – Pedido de autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais
- 8 – Proposta de celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as seguintes entidades:
 - A) União Desportiva e Social de Roriz
 - B) Associação Estrelas da Serra – Agrela
 - C) Associação Recreativa Cultural e Desportiva Negrelense
 - D) Núcleo Associativo de Santo Tirso

- E) Associação Moradores do Complexo Habitacional de Ringe
- F) Centro de Atletismo de Santo Tirso

9 – Proposta de atribuição de subsídio à Fundação Rotária Portuguesa

10 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação do Infantário de Vila das Aves para Colónia de Férias/2014

11 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso: Substituição do telhado do Centro de Acolhimento Temporário Casa do Sol

12 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração de contratos de aquisição de serviços:

A) Contrato de prestação de serviços para estudo preliminar para implantação de um Skate Parque e actividades complementares na Fábrica de Santo Thyrsó

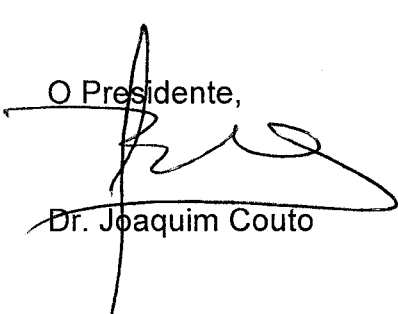
B) Contrato de prestação de serviços para realização de Estudo de Tráfego relacionado com o projecto para a Rua Silva Araújo em Vila das Aves

C) Contrato de prestação de serviços para transporte de crianças: Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe



D) Contrato de prestação de serviços para transporte de crianças: Associação do Infantário de Vila das Aves

Santo Tirso, 28 de agosto de 2014.

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto

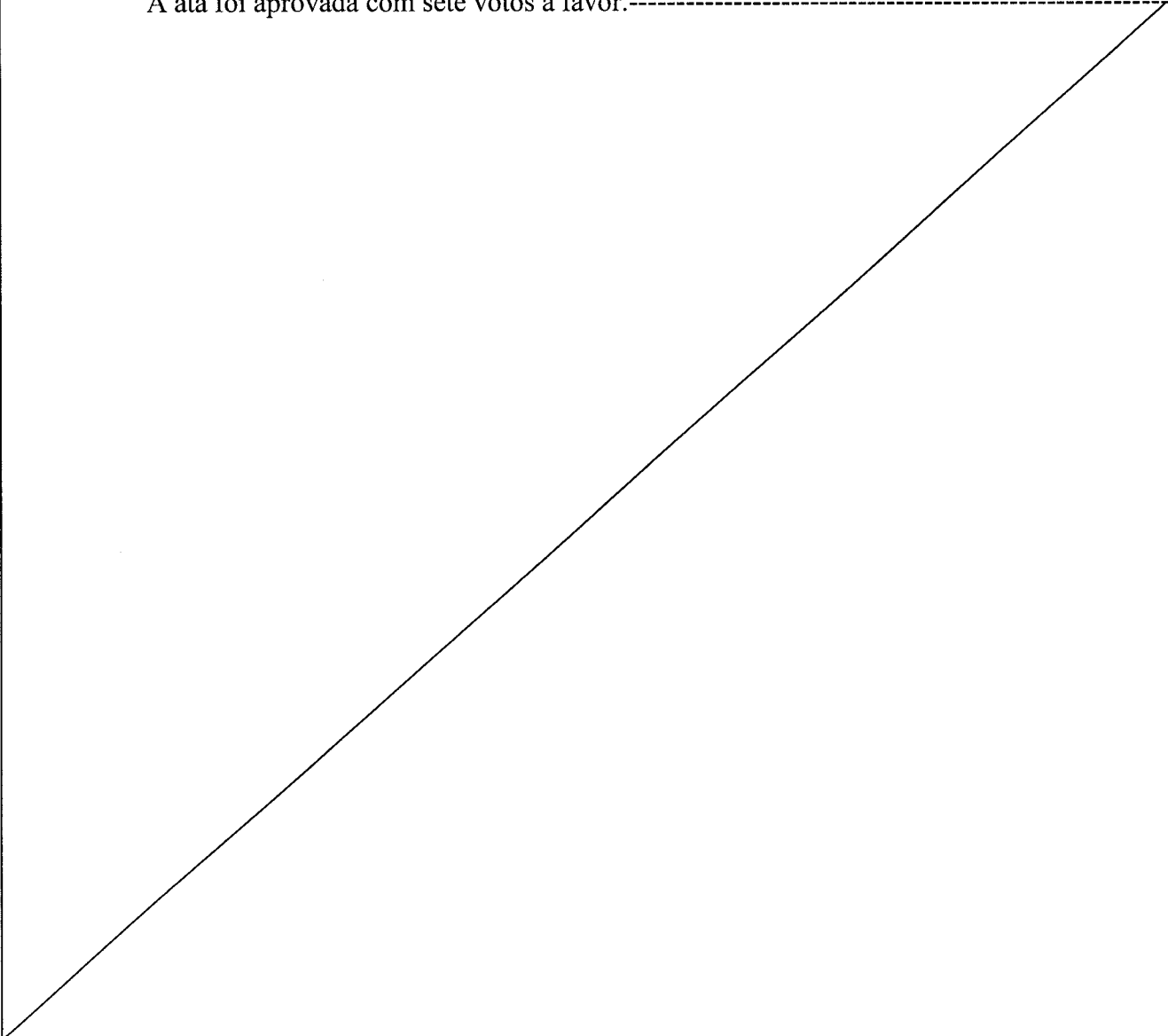
 

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (11/08/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia onze de agosto findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signature]

**2. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
(14/08/2014).**-----

Presente a ata da reunião extraordinária realizada no dia catorze de agosto findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----

[Large diagonal line crossing the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]



[Handwritten signature]

3. PROPOSTA DE TRANSIÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL, POR MOBILIDADE, DE TRABALHADORES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

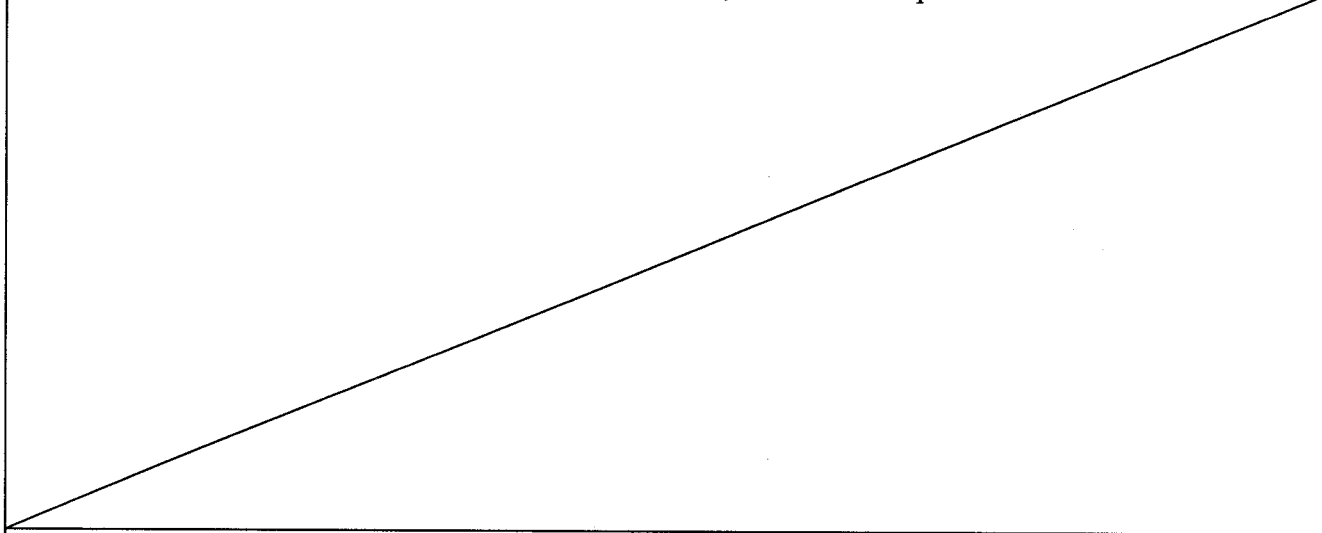
Presente o despacho do senhor presidente da câmara municipal de Santo Tirso, de dezoito de agosto findo, do qual se anexa cópia à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas, que aprovou a proposta constante da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de vinte e três de julho findo, relativa à transição para a câmara municipal, por mobilidade, de trabalhadores daqueles serviços municipalizados, com início no dia um de setembro corrente, vigorando a mesma até à conclusão do processo de extinção dos referidos serviços municipalizados.

As despesas decorrentes da transferência dos referidos trabalhadores, por mobilidade, para a câmara municipal têm suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 2138, de vinte e nove de agosto findo.-----

O compromisso assumido com a transferência dos referidos trabalhadores encontra-se registado no sistema de contabilidade com o n.º 2337/2014 da mesma data.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou com sete votos a favor, ratificar o despacho em anexo.-----



DESPACHO

11



Proposta de Transição para a Câmara Municipal, por Mobilidade, de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento

Dr.º Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, decido aprovar a proposta constante da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, de vinte e três de julho findo, da qual se anexa cópia ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subseqüentes quatro folhas.

A presente decisão deste regime de mobilidade tem o seu início no próximo dia 1 de setembro de 2014 e vigorará até à conclusão do processo de extinção dos SMAES.

Os trabalhadores abrangidos e que se encontram diretamente afetos ao sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas podem, por recurso às figuras jurídicas que a lei prevê, exercer funções na EGP (Águas do Noroeste, SA), de acordo com o disposto na cláusula 35º do contrato de parceria pública entre o Estado Português e o município de Santo Tirso, e outros municípios, aos 5 de julho de 2013.

Para além da fundamentação constante da aludida deliberação do Conselho de Administração dos SMAES, a presente decisão, ao abrigo da referida competência excecional, é tomada pelo facto de ser urgente a mobilidade dos referidos trabalhadores, uma vez que não são necessários nos Serviços Municipalizados e, dada a transferência de atribuições dos Serviços para a câmara, justifica-se a sua transição para esta e para as seguintes unidades orgânicas:

- Ana Cristina Azevedo de Sousa – Técnica Superior – para o Serviço de Candidaturas e Gestão de Financiamentos, integrado no Departamento de Planeamento e Ambiente;
- Isabel Cristina Lourenço da Rocha – Técnica Superior – para o Serviço de Trânsito, integrado no Departamento de Planeamento e Ambiente;

- José Guilherme Sousa Santos – Técnico Superior – para a Divisão de Empreitadas, integrada no Departamento de Obras Municipais;
- Marta Maria Sousa Fernandes – Assistente Técnica – para a Divisão de Ação Social, integrada no Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social;
- Paulo Jorge Oliveira Ferreira – Assistente Técnico – para a Divisão de Educação integrada no Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social; e
- Joaquim António Dias Moura – Assistente Operacional – para a Divisão de Serviços Gerais – Viaturas Municipais, integrada no Departamento de Obras Municipais

Sem prejuízo do disposto no parágrafo segundo deste despacho, data em que o mesmo produzirá efeitos financeiros, os trabalhadores aqui identificados transitam de imediato para os respetivos serviços da câmara municipal.

Face ao período de férias em curso mostra-se difícil reunir extraordinariamente a câmara municipal.

Dê-se conhecimento aos trabalhadores acima identificados, aos responsáveis dos respetivos serviços e vereadores e às Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Finanças e Compras para os devidos efeitos.

Remeta-se à próxima reunião de câmara para ratificação.

Santo Tirso, 18 de agosto de 2014

O Presidente,



Dr.º Joaquim Couto



7

13

Ata 16
23 julho 2014
F6110
A. N. M.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

4-Proposta de Transição por Mobilidade de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados para a

Câmara Municipal-----

---O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade, e Saneamento, ao abrigo da sua competência prevista na alínea f) do artigo 13º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, decide propor a passagem, por mobilidade, de trabalhadores destes serviços para a câmara municipal, com a seguinte fundamentação:-----

1 – Adere-se e dá-se por produzida a informação técnica de 21 de Julho de 2014;-----

2 – Considerando que os SMAES encontram-se em processo de reorganização devido à deliberação da sua extinção;-----

3 – Considerando que nos termos do disposto no artigo 248º n.º 1 da LTFP há lugar a mobilidade nos termos gerais;-----

4 – Considerando que há conveniência para o interesse público, designadamente quanto à economia e eficácia dos serviços, uma vez que a atividade exercida pelos Serviços Municipalizados será reduzida em consequência do início de atividade abrangida pelo Contrato de Parceria e da transferência de atribuições para a câmara municipal, não se justifica a necessidade de manutenção do mesmo número de trabalhadores, com a sua despesa inerente e perda de eficácia dos serviços prestados;-----

5 – Considerando que face à redução de metade do serviço devem transitar para a câmara, sensivelmente, metade do atual número de trabalhadores;-----

6 – Considerando as necessidades dos Serviços, devem transitar, de imediato, os seguintes trabalhadores:-----

Paulo Jorge Oliveira Ferreira – Assistente Técnico;-----

Joaquim António Dias Moura – Assistente Operacional;-----

José Guilherme Sousa Santos – Técnico Superior;-----

Isabel Cristina Lourenço da Rocha – Técnica Superior;-----

Ana Cristina Azevedo de Sousa – Técnica Superior.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

14

Ata 16
23 julho
F7/10
Ann

Marta Maria Sousa Fernandes – Assistente Técnica;-----

7 – Considerando que o local de trabalho do serviço de destino se situa a escassos metros do edifício afeto aos Serviços, por conseguinte não acarretando qualquer prejuízo ou incómodo para os trabalhadores;-----

8 – Considerando que se encontram cumpridos os requisitos constantes do artigo 95º n.º 1 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, é dispensado o acordo do trabalhador.-----

O Conselho de Administração delibera propor à câmara municipal a mobilidade na categoria dos trabalhadores acima identificados, com base no n.º 2 do artigo 93º da citada LTFP, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2014, sem prejuízo dos trabalhadores poderem vir a exercer funções na EGP, nos termos previstos no respetivo Contrato de Parceria, ou puderem vir a integrar o mapa de pessoal da câmara municipal, nos termos da alínea a) do n.º 3 do disposto no artigo 248 da LTFP, caso não optem por exercer funções na empresa Águas do Noroeste, S.A..-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Serviços Municipalizados

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18
Apartado 30
4784-909 SANTO TIRSO

Tels. +351 252 856 345
+351 252 830 400
Fax +351 856 473
Smaes.tirso@vianw.pt
www.cm-stirso.pt

Tipo de Documento
Interno

Registo N.º

Data de Entrada

Origem
SMAES

Assunto

Proposta de Transição de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados para a Câmara Municipal e para a empresa Águas do Noroeste S.A.

21/ 07/2014

DESPACHO

A Administradora Delegada

Ana Maria Moreira Ferreira (Eng.ª)

INFORMAÇÃO

Para os devidos efeitos submeto à consideração superior a seguinte informação:

O Técnico

21/07/2014
Ana Maria Sousa (Eng.ª)

-Por deliberação da Assembleia Municipal de 25.06.2014 foi decidido, que a extinção dos Serviços Municipalizados passará a produzir efeitos a partir de 01.01.2015;

-Considerando que a referida extinção dos Serviços Municipalizados se efetuará de forma gradual, e que existe a intenção de proceder à passagem progressiva das atividades atualmente desenvolvidas pelos SMAES para a Câmara Municipal, encontrando-se prevista a integração de todos os trabalhadores destes Serviços no mapa de pessoal da câmara, caso não optem pela integração na Parceria;

- Considerando ainda, que se prevê para breve o arranque efetivo da gestão e exploração do Sistema de Águas da Região do Noroeste, sob a responsabilidade da empresa Águas do Noroeste, S.A., e em consequência, os SMAES terão a sua atividade reduzida na área do saneamento de águas residuais urbanas;

Propõe-se que se proceda à transição de parte dos trabalhadores destes Serviços para a Câmara Municipal, na proporção das atividades a transferir para a Câmara e para a empresa Águas do Noroeste, S.A, reequacionando as atividades a desenvolver por estes Serviços. Propõe-se ainda, que seja a Câmara Municipal a suportar os encargos com as despesas com o pessoal dos Serviços a transitar, reduzindo a respetiva despesa inerente nos SMAES.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Serviços Municipalizados

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18
Apartado 30
4784-909 SANTO TIRSO

Tels. +351 252 856 345
+351 252 830 400
Fax +351 856 473
Smaes.tirso@vianw.pt
www.cm-stiros.pt

Devendo no entanto, ficar salvaguardado que, de acordo com a cláusula 35ª do contrato de parceria pública celebrado entre o Estado Português e o Município de Santo Tirso, entre outros, em 05.07.2013, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados possam por recursos às figuras jurídicas que a lei prevê, exercer funções na EGP- Entidade Gestora da Parceria, ou possam integrar o mapa de pessoal da Câmara Municipal, caso não optem pela integração na empresa Águas do Noroeste, S.A..

Ata 16
16
23 julho 2014
F 9/10
Lm

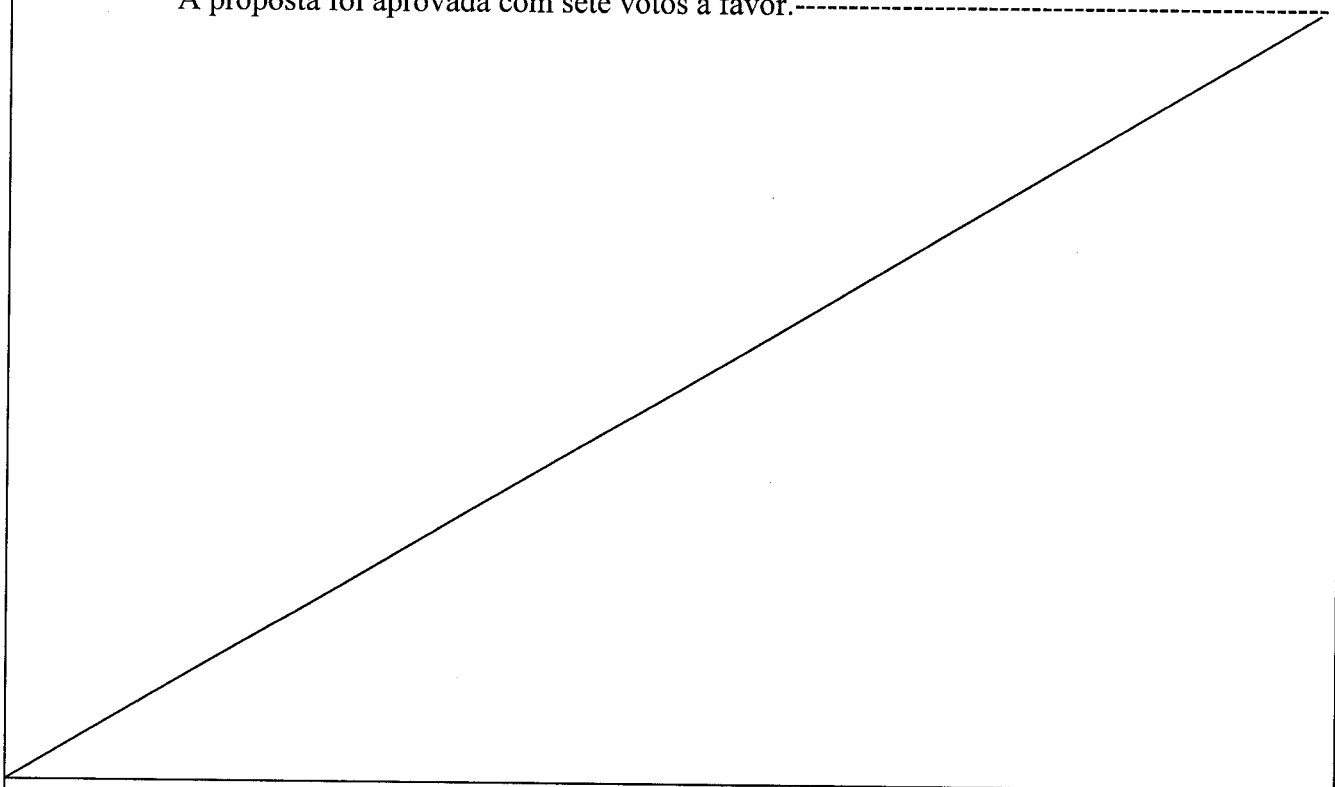


4. PROTOCOLO ENTRE A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P., E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, RELATIVO AO LICENCIAMENTO ZERO E AO SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL: APROVAÇÃO.-----

Presente minuta do Protocolo relativo ao licenciamento zero e ao sistema de indústria responsável, a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e o Município de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar no Município de Santo Tirso na cobrança de taxas relativas àqueles regimes (licenciamento zero e sistema de indústria responsável), através do balcão do empreendedor, bem como os mecanismos de atualização de taxas e outros conteúdos informativos a que as partes se vinculam.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a aludida minuta de protocolo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por três folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



5. PROCESSO DE CONSULTA PARA CONTRATAÇÃO DE UM AUDITOR EXTERNO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 76º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO: NOMEAÇÃO.-----

Presente o procedimento de ajuste direto n.º 753/2014, tendo por objeto a celebração de um contrato de prestação de serviços de auditoria externa às contas do município, de harmonia com o previsto no artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).-----

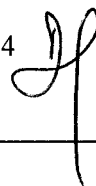
O procedimento foi precedido de parecer prévio favorável da câmara municipal, conforme deliberação de quinze de abril último (item 11.B da respetiva ata) e por deliberação da assembleia municipal de vinte e oito do mesmo mês (item oito da respetiva minuta da ata) foi autorizada a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar.-----

Daquelas deliberações constava já que o contrato seria celebrado com a sociedade MGI & Associados, SROC, Lda..-----

De harmonia com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de vinte e nove de janeiro, foi enviado ofício convite à sociedade MGI & Associados, SROC, Lda., que já vinha prestando os mesmos serviços à câmara municipal.-----

Do processo consta informação final de vinte e sete de agosto findo a propor a adjudicação da prestação de serviços à sociedade MGI & Associados, SROC, Lda., pelo preço anual de 14.256,00€ (catorze mil duzentos e cinquenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde o preço contratual global de 42.768,00€ (quarenta e dois mil setecentos e sessenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativo aos três anos de vigência do contrato (exercícios de 2014, 2015 e 2016).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a nomeação da sociedade MGI & Associados, SROC, Lda. como auditor externo das



contas do município, com as competências previstas nos n.ºs. 2, 3 e 4 do artigo 77º da citada lei 73/2013, nos termos da proposta apresentada pela identificada sociedade e do caderno de encargos constante do respetivo procedimento.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 930/2014 de onze de abril último.-----

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no Sistema de Contabilidade, conforme documento n.º 2322/2014, de vinte e sete de agosto findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos a favor desta prestação de serviços, porque ela é essencial e a lei assim o obriga, para apreciação e avaliação das contas do município. No entanto, lamentamos que não tenham sido desenvolvidos esforços no sentido de convidar empresas que prestam estes serviços e que o fazem num conjunto de câmaras vizinhas com valores que oscilam entre os 25.000,00 € e 30.000,00 € para o mesmo serviço e seguramente com a mesma qualidade que a empresa MGI promove.-----

Estamos a falar de diferenças que oscilam entre os 12.000,00 € e os 17.000,00 €, valores que consideramos significativos e que justificavam uma auscultação ao mercado.-----

A câmara tem a obrigação de ser pró-ativa e por isso não podemos nem devemos optar pela comodidade de renovar contratos com entidades externas sem provocarmos o mercado e, com isso, conseguirmos negociar melhores valores.-----

Deixamos esta recomendação quer para este contrato de prestação de serviços quer para outros objeto de renovação”.-----



6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AQUISIÇÃO DE FRUTA E PRODUTOS HORTOFRUTÍCOLAS AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO PERÍODO DE INTERRUPÇÃO LECTIVA (PROGRAMA MIMAR) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.----

Presente informação de vinte e seis de agosto findo, da divisão de educação, registada com o número oito mil novecentos e oitenta e sete, a comunicar a necessidade de se proceder à abertura de um procedimento para a aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas, a fornecer, no período compreendido entre o dia 1 de outubro de 2014 e o dia 3 de julho de 2015, aos alunos do ensino pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico inseridos no âmbito do Programa Mimar (interrupções letivas do Natal, Páscoa e verão), de forma a possibilitar o acesso generalizado a uma alimentação saudável e equilibrada.-----

A estimativa do valor global do contrato a celebrar para o referido período é de 15.029,47€ (quinze mil e vinte e nove euros e quarenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

Do contrato resultará encargos plurianuais quer no corrente ano quer no ano de 2015, correspondendo ao ano económico em curso o montante de 5.452,80€ (cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e oitenta cêntimos) e ao ano económico de 2015 o montante de 10.536,00€ (dez mil quinhentos e trinta e seis euros).-----

Estes valores estimados já incluem o IVA à taxa, atualmente, em vigor de 6%.-----

A despesa a assumir no ano económico em curso será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020105, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2124/2014, de vinte e sete de agosto findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de vinte e um de fevereiro, deliberasse solicitar




autorização à assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, cuja estimativa em cada um dos anos económicos é a anteriormente referida.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

Declaração de Voto



Abertura de procedimento para aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas para os alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico no período de interrupção letiva

Não sendo uma atribuição ou obrigação da Câmara Municipal a aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas, para os alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, no período de interrupção letiva, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista entendem que esta medida é importante para a comunidade escolar.

Num período difícil que o País atravessa, este tipo de apoios prestados pela autarquia acabam por mitigar parte dos graves problemas que as famílias do nosso concelho atravessam. Esta medida é um complemento às várias medidas já tomadas, por este executivo, de apoio às famílias e aos seus educandos.

Esta medida abrange mais de 900 crianças no pré-escolar e mais de 2000 alunos no 1º ciclo, totalizando cerca de 100.000 peças de fruta ao longo do ano.

Para nós a educação e o bem-estar dos jovens do nosso concelho será sempre uma prioridade.

Pelo acima exposto os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de **abertura de procedimento para aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas para os alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico no período de interrupção letiva.**

Santo Tirso, 2 de setembro de 2014



7. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FRUTA E PRODUTOS HORTOFRUTÍCOLAS AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - REGIME DE FRUTA ESCOLAR 2014/2015 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----

Presente informação de vinte e seis de agosto findo, da divisão de educação, registada com o nº oito mil novecentos e oitenta e oito, a comunicar a necessidade de se proceder à abertura de um procedimento para a aquisição de fruta e produtos hortofrutícolas, a fornecer no âmbito do Regime de Fruta Escolar, no período compreendido entre o dia 1 de outubro de 2014 e o dia 12 de junho de 2015, aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.-----

A estimativa do valor global do contrato a celebrar para o referido período é de 20.448,38€ (vinte mil quatrocentos e quarenta e oito euros e trinta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

Do contrato resultará encargos plurianuais quer no corrente ano quer no ano de 2015, correspondendo ao ano económico em curso o montante de 7.910,40€ (sete mil novecentos e dez euros e quarenta cêntimos) e ao ano económico de 2015 o montante de 13.843,20€ (treze mil oitocentos e quarenta e três euros e vinte cêntimos).-----

Estes valores estimados já incluem o IVA à taxa, atualmente, em vigor de 6%.-----

A despesa a assumir no ano económico em curso será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020105, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2123/2014, de vinte e sete de agosto findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de vinte e um de fevereiro, deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, cuja estimativa em cada um dos anos económicos é a anteriormente referida.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



7 4

8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM AS SEGUINTE ENTIDADES.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro e artigos 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro, e ao abrigo da sua competência prevista nas alíneas o) e u) do n.º 1 do Anexo I do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar os seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo:



8. A) Com a União Desportiva e Social de Roriz.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto datada de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e oitenta e nove;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela associação União Desportiva e Social de Roriz, pessoa coletiva número 500 794 286, com o seu ofício de dois de fevereiro último, registado com o número mil quinhentos e setenta e cinco;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em nove de junho último, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em catorze de agosto findo, válida por três meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela associação União Desportiva e Social de Roriz merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2126/2014, de vinte e oito de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2335/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “UNIÃO DESPORTIVA E SOCIAL DE RORIZ” - MINUTA

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Francisco Bessa Martins, casado, natural da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), S. Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 5865480, residente na Rua do Plaino, 213, em Roriz, Presidente da “União Desportiva e Social de Roriz”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 500 794 286, com sede na Rua José Rodrigues de Castro, n.º 170 da freguesia Roriz, concelho de Santo Tirso, adiante designada por UDSR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

27
27

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a União Desportiva e Social de Roriz é uma instituição de utilidade pública;

Considerando que a União Desportiva e Social de Roriz movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nas Competições Distritais de Futebol;

Considerando que a União Desportiva e Social de Roriz tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos;

Considerando que a União Desportiva e Social de Roriz tem desenvolvido, com grande empenho, a formação desportiva e social dos mais jovens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e a União Desportiva e Social de Roriz é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinadas a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela USDR, que a seguir se enuncia:

- Formação juvenil de futebol e participação nas Competições Distritais de Futebol com equipas dos escalões de Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 44.700,00 euros (Quarenta e Quatro Mil e Setecentos Euros), o MST compromete-se a comparticipar no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 2.000,00 euros (Dois Mil Euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

29

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento, fiscalização da execução do programa de desenvolvimento desportivo e controlo técnico dos trabalhos enunciados no ponto A da cláusula primeira serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do referido acompanhamento dos trabalhos, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato.
- 3- A USDR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato-programa, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da USDR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, a USDR compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

- a) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal;
- b) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- c) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

30

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da USDR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da participação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.



Cláusula Décima

Regime aplicável



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2126 de 28 de agosto de 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2335 datado de 28 de agosto de 2014.

A União Desportiva e Social de Roriz tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta no dia 9 de junho de 2014, e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 14 de agosto de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



UNIÃO DESPORTIVA E SOCIAL DE RORIZ

32

[Handwritten signatures and initials]

► ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

- Desporto como formação e inserção na sociedade, nomeadamente as Camadas Jovens, que se encontram distribuídas pelas diferentes equipas, onde se pode verificar os diferentes custos das mesmas, a saber:

Equipa de Infantis; (com cerca de 25 inscritos)

"Despesas de inscrição e de acompanhamento (AFP) são cerca de 3.500,00€"

Equipa de Iniciados; (com cerca de 30 inscritos)

"Despesas de inscrição e de acompanhamento (AFP) são cerca de 6.500,00€"

Equipa de Juvenis; (com cerca de 25 inscritos)

"Despesas de inscrição e de acompanhamento (AFP) são cerca de 8.800,00€"

Equipa de Juniores; (com cerca de 26 inscritos)

"Despesas de inscrição e de acompanhamento (AFP) são cerca de 10.700,00€"

Equipa de Seniores; (com cerca de 35 inscritos)

(despesas de inscrição e acompanhamento (AFP) são cerca de 15.200,00€"

- Continuar a fazer um esforço para que os atletas (com a excepção dos Infantis) tenham o seu próprio kit (equipamento e fato de treino) para os jogos, tendo em consideração os Regulamentos.

8. B) Com a Associação Estrelas da Serra – Agrela.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e noventa;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação Estrelas da Serra, pessoa coletiva número 508 772 095, com o seu ofício de vinte e oito de março último, registado com o número três mil trezentos e noventa e um;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, em vinte e oito de agosto findo, válida por seis meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e seis de agosto findo, válida por seis meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação Estrelas da Serra merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2047/2014, de dezanove de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2245/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

34

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO ESTRELAS DA SERRA - AGRELA” - MINUTA

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Alexandre Manuel da Costa Moreira, casado, natural do concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 118 732 53, residente na Rua de S. Pedro, n.º 900, em Agrela, concelho de Santo Tirso, Presidente da “Associação Estrelas da Serra - Agrela”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 508 772 095, com sede na Rua Sede da Junta de Freguesia, n.º 181, freguesia da Agrela, concelho de Santo Tirso, adiante designada por AESA.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4 35 4

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Estrelas da Serra - Agrela promove e participa em provas de carácter Regional e Nacional da modalidade BTT, com destaque para o 6º RAID BTT;

Considerando que a Associação Estrelas da Serra - Agrela tem elevadas despesas na participação e organização das referidas provas, nomeadamente com seguros e equipamentos;

Entre o Município de Santo Tirso e a Associação Estrelas da Serra – Agrela é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

36
27 4

divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela AESA, que a seguir se enuncia:

- Participação e promoção de eventos de âmbito Regional e Nacional da Modalidade BTT, com destaque para o 6º RAID BTT.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 10.710,00 euros (dez mil setecentos e dez euros), o MST compromete-se a compartilhar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.000,00€ (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

37
4 2f

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- A AESA obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da AESA

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da AESA assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da AESA confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

38

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2047/2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

39
2 4

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2245 datado de 19 de agosto de 2014.

A Associação Estrelas da Serra - Agrela tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada na página eletrónica da Segurança Social Direta no dia 28 de agosto de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 26 de agosto de 2014.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Associação Estrelas da Serra-Agrela

Plano Anual de Atividades e Orçamento - Ano 2014

Peddy PaPer Fotográfico	Abril
- Realização do 6º Raid BTT Associação Estrelas da Serra-Agrela. (Com uma caminhada incluída no programa)	25/Maio
- Organizar uma peregrinação a Santiago de Compostela em BTT. (Agrela – Santiago de Compostela)	Junho
4ª Rally Carrinho de Rolamentos – Estrelas da Serra	Julho
Torneio de Paintball	Setembro
Caminhada Noturna de Halloween e Magusto em comemoração do 3º Aniversário da Associação Estrelas da Serra-Agrela	31 Outubro
- Passeio BTT	Dezembro
- Aulas de Hip-Hop; GAP e Zumba	Todo o ano
- Passeio semanal de BTT (parida e chegada, freguesia de Agrela)	Todos os domingos
Participação na Taça de Portugal de BTT - (XCM)	Época 2014

Orçamento previsto para o ano de 2014:

Atividade Desportiva	Previsão de custos
Caminhadas	1830,00 €
6º Raid BTT	9 500,00 €
Torneio de Paint Ball	659,00 €
Rally Carrinhos de Rolamentos	650,00 €
Prova BTT noturno	350,00 €
Hip Hop, GAP e Zumba	2880,00 €
Peregrinação a Santiago de Compostela BTT	489,00 €
Peddy -paper	400,00 €
Participação em provas BTT	460,00 €
Seguros	312,00 €
Outros	410,00 €
Taça de Portugal de BTT	400,00 €
Total Final	18340,00 €

Contactos:
Telefone: 938633357

e-mail: estrelasdaserraagrel@gmail.com

8. C) Com a Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e noventa e um;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense, pessoa coletiva número 504 920 138, com o seu ofício de vinte e sete de fevereiro último, registado com o número dois mil duzentos e vinte e um;---

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, em vinte e seis de agosto findo, válida por seis meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e seis de agosto findo, válida por seis meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2047/2014, de dezanove de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2244/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

42

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA A NEGRELENSE” - MINUTA

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Ana Rita Pinto Monteiro, solteira, natural de Vilarinho, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 135 652 31, residente na Rua das Fontelas, n.º 63, freguesia de Roriz, Presidente da “Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 504920138, com sede na Rua do Olival Loja B 403, da freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), adiante designada por Negrelense.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

43

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense movimenta um elevado número de atletas jovens e seniores na modalidade de Karate;

Considerando que a Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense participa em dezenas de provas de carácter regional, nacional e internacional;

Considerando que a Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense tem elevadas despesas na participação das referidas provas.

Entre o Município de Santo Tirso e a Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela Negrelense, que a seguir se enuncia:

- Participação em eventos de âmbito regional, nacional e internacional na modalidade de Karate.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

44

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 2.125,00 euros (dois mil cento e vinte e cinco euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 400,00€ (quatrocentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A Negrelense obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

45

Cláusula Quinta

Responsabilidades da Negrelense

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da Negrelense assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da Negrelense confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

46

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ -- de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2047/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2244 datado de 19 de agosto de 2014.

A Associação Recreativa Cultural e Desportiva – A Negrelense tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada na página eletrónica da Segurança Social Direta no dia 26 de agosto de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 26 de agosto de 2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

47

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

**11/01/2014 Treinos regionais de graduados em Vila do Conde**

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 35,00 €

18/01/2014 Torneio Taça João Salgado em Santo Tirso

Participantes: Ana Monteiro (Sénior), Bruno Fernandes (Juvenil).

Despesa: cerca 15,00 €

15/02/2014 Campeonato regional Sénior Norte em Coimbra

Participantes: José Monteiro (árbitro), Ana Monteiro (Sénior) e Stephanie Cerqueira (Sénior).

Resultados: Ana Monteiro 3º Lugar em kata e 3º lugar em kumite, Stephanie Cerqueira apurada para o Nacional.

Despesa: cerca 85,00 €

22/02/2014 Open Internacional NPK em Lordelo - Paredes

Participantes: José Monteiro (árbitro), Bruno Fernandes (Juvenil), Stephanie Cerqueira (Sénior), Ana Monteiro (Sénior), Manuel Peixoto (Júnior).

Resultados: Stephanie Cerqueira 3º lugar em kumite, Ana Monteiro 3º lugar em kumite, Bruno Fernandes 4º lugar em kata.

Despesa: cerca de 25,00 €

23/02/2014 Treino Nacional de graduados em Coimbra

Participantes: José Monteiro, Manuel Peixoto, Vítor Moura.

Despesa: cerca 85,00 €

02/03/2014 Taça CPK infantis a Juvenis em Vila do Conde

Participantes: José Monteiro (árbitro), Ana Monteiro (treinadora), Diogo Martins (infantil), Maurício Alves (infantil), Luciano Pinto (infantil), Francisco Soares (infantil), Rafael Martins (iniciado) e Bruno Fernandes (juvenil).

Despesa: cerca 35,00 €.

09/03/2014 Campeonato Nacional Seniores em Ponte do Sôr

Participantes: José Monteiro (árbitro), Ana Monteiro e Stephanie Cerqueira.

Despesa: cerca 320,00€ (todos os atletas que consigam apurar-se para o campeonato nacional, têm as despesas pagas pela nossa Associação).

29/03/2014 Campeonato Regional Norte de Infantis a Juvenis em Monção

Participantes: José Monteiro (árbitro), Ana Monteiro (treinadora), Diogo Martins (infantil), Maurício Alves (infantil), Luciano Pinto (infantil), Francisco Soares (infantil), Rafael Martins (iniciado) e Bruno Fernandes (juvenil).

Despesa: cerca 120,00€.

05/04/2014 Estágio Primavera CPK em Alcochete

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 260,00€.

12/04/2014 Open Internacional da Maia na Maia

Participantes: José Monteiro (árbitro), todos os escalões desde infantis a seniores.

Despesa: cerca 25,00€.

26/04/2014 Treinos regionais de graduados no Norte

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 30,00€.

10/05/2014 Campeonato Nacional de infantis a juvenis em Odivelas

Participantes: José Monteiro (árbitro), Ana Monteiro (treinadora), todos os atletas apurados dos escalões de infantis a juvenis.

Despesa: cerca 320,00€ (todos os atletas que consigam apurar-se para o campeonato nacional, têm as despesas pagas pela nossa Associação).

11/05/2014 Campeonato Nacional de Clubes em Odivelas

Participantes: José Monteiro (árbitro), atletas seniores.

Despesa: já mencionado em cima.

17/05/2014 Treinos regionais de graduados em _____ (norte)

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 50,00€.

___/05/2014 Campeonato Nacional da Liga Portuguesa de karate Shotokan em _____

Participantes: José Monteiro (árbitro), Tiago Ribeiro, Manuel Peixoto, Stephanie Cerqueira, Maria Peixoto, Tânia Nunes, Ana Monteiro e Filipe Ribeiro.

Despesa: cerca 50,00€.

24/05/2014 Comemoração do 20º Aniversário da Associação Negrelense
Despesa: cerca de 300 €

___/05/2014 Organização da 2ª Gala de artes marciais ou de um torneio de karate,
fazendo parte da comemoração do 20º Aniversário
Despesa: 200€

07/06/2014 Treino Nacional de graduados em Coimbra

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 85,00€.

19-20/07/2014 Estágio de Verão em Coimbra

Participantes: José Monteiro, Tiago Ribeiro, Bruno Fernandes, Manuel Peixoto, Vítor Moura, Stephanie Cerqueira e Ana Monteiro.

Despesa: cerca 85,00 €.

Total destas despesas-----2.125,00 €

8. D) Com o Núcleo Associativo de Santo Tirso.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e noventa e três;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo Núcleo Associativo de Santo Tirso, pessoa coletiva número 510 490 859, com o seu ofício de cinco de junho último, registado com o número seis mil duzentos e dezasseis;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço Segurança Social Direta, em dezoito de agosto findo, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em catorze de agosto findo, válida por três meses.-----

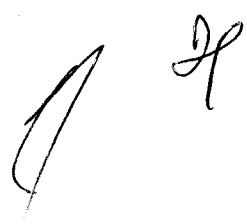
Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Núcleo Associativo de Santo Tirso merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2048/2014, de dezanove de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2250/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A
CELEBRAR ENTRE O NÚCLEO ASSOCIATIVO DE SANTO TIRSO -
N.A.S.T. - MINUTA**

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Luís António Monteiro Ferreira Machado, portador do Cartão de Cidadão n.º 1080005, residente na Rua do Souto, n.º 88, da freguesia de Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, Presidente do "N.A.S.T. – Núcleo Associativo de Santo Tirso", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 510 490 859, com sede na Rua de Sousa Tropa, n.º 68, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, adiante designada por N.A.S.T.

Pressupostos:

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

53

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Núcleo Associativo de Santo Tirso promove provas de grande dimensão nas modalidades de BTT e TRAIL, provas estas que movimentam um elevado número de atletas e dirigentes;

Considerando que o Núcleo Associativo de Santo Tirso tem elevadas despesas na organização das referidas provas;

Considerando que o Núcleo Associativo de Santo Tirso colabora com o MST na organização de eventos desportivos de relevo nacional, como sendo a Maratona de BTT de Santo Tirso.

Entre o Município de Santo Tirso e o N.A.S.T. – Núcleo Associativo de Santo Tirso é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de participação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo N.A.S.T., que a seguir se enuncia:

- 2ª Maratona de BTT de Santo Tirso, Regional XCM da ACPorto e Campeonato Regional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

54

- CaminhaThyrso;
- Free Sunset Trail S. Bento;
- Free Running NASTrail.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 7.650,00€ (sete mil seiscentos e cinquenta euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.000,00 € (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

55

3- O N.A.S.T., obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do N.A.S.T.

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do N.A.S.T. assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte do N.A.S.T., confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

56
7 2

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2048/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2250 datado de 19 de agosto 2014.

O Núcleo Associativo de Santo Tirso tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de Segurança Social Direta no dia 18 de agosto de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

57

via internet, pelo serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 14 de agosto de 2014.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
— IPAC —

Mapa Previsional dos custos inerentes
às atividades a realizar

EVENTOS

Caminhadas	150,00
Maratona BTT de Santo Tirso	2.500,00
Trail	500,00
Inscrições Federativas: Equipa e Atletas	1.000,00
Equipamentos Ciclismo, BTT e Trail	3.500,00

8. E) Com a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e noventa e seis;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, pessoa coletiva número 501 870 296, com o seu ofício de vinte e sete de fevereiro último, registado com o número dois mil duzentos e quarenta e seis;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço Segurança Social Direta, em vinte e seis de agosto findo, válida por seis meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e seis de agosto findo, válida por seis meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes oito folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2047/2014, de dezanove de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2248/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

60

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE” - MINUTA

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Joaquim Ribeiro Faria, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 116 564 94, residente na Rua José Moreira de Araújo, n.º 55 R/C Esquerdo, em Vila das Aves, Presidente da “Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 501 870 296, com sede na Praça da Alegria, n.º 10 em Vila das Aves, adiante designada por AMCHR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

61

7

if

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nas Competições Distritais de Futebol, nomeadamente, na Associação de Futebol do Porto nos escalões de Futebol de 11 em Juniores B Sub 17, Juniores C Sub 15, Juniores C Sub 14; de Futebol de 7 Juniores D Sub 13, Juniores E Sub 11 e Juniores E Sub 10; Feminino;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nas Competições Distritais de Futebol de 11, nomeadamente, na Associação de Futebol de Braga na Série B - INATEL do escalão sénior;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação na Liga Mini Futuro nos escalões petizes e Traquinas;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Nacional de Promoção Série A de Futebol de 11 com a sua equipa sénior feminino;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

62

participação na 2ª Divisão de Futsal Feminino na Associação de Futebol do Porto com a sua equipa sénior feminino;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal no escalão Juniores;

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros, arbitragens e logística geral.

Entre o Município de Santo Tirso e a “Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe” é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela AMCHR, que a seguir se enuncia:

- Participação nas Competições Distritais de Futebol com equipas do escalão Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Seniores Masculinos;
- Participação na Liga Mini Futuro com equipas do escalão Petizes e Traquinas;
- Participação no Campeonato Nacional de Promoção Série A de Futebol de 11 com a sua equipa do Escalão Sénior Feminino;
- Participação na 2ª Divisão de Futsal da AF Porto com a sua equipa do Escalão Sénior Feminino;
- Participação na Competição Concelhia de Futsal com a sua equipa do Escalão Júnior.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

63

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 21.990,00 euros (vinte e um mil novecentos e noventa euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 2.000,00€ (dois mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A AMCHR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

64

Cláusula Quinta

Responsabilidades da AMCHR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da AMCHR assumir as seguintes obrigações:

- a) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal;
- b) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- c) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da AMCHR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

65

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º2047/2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

66

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2248 datado de 19 de agosto de 2014.

A Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada na página eletrónica da Segurança Social Direta no dia 26 de agosto de 2014, e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 26 de agosto de 2014

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



IMPACTOS

Impacto no Meio: Sendo o Bairro Social de Ringe um Bairro com as suas problemáticas sociais, com estas atividades pretendemos incutir uma vida saudável das crianças e jovens, para a prática desportiva isto através do ensino do futebol para crianças e jovens dos 4 aos 30 anos. Como pretendemos continuar com esta atividade gratuita para que qualquer agradado familiar consiga que seu filho tenha acesso a atividades desportivas gratuitamente, conseguindo com isso mostrar e sensibilizar a importância e benefícios de uma atividades desportiva regular para a saúde. E é com estas atividades desportivas que vamos ensinando a disciplina e regras para que os jovens comecessem o seu percurso de vida.

Impacto na Associação: Estando já alguns anos, com estas atividades notamos o grande impacto que as mesmas têm para a associação bem como na sociedade local, contamos sempre que consigamos abranger o maior número de crianças e jovens de forma de uma tenra idade tenham acesso a atividades desportivas e que seus pais não vejam como mais uma sobrecarga a prática desportiva no seu orçamento familiar, e assim conseguimos um convívio saudável de vários estratos sociais da sociedade. O nosso objetivo é aumentar sempre 5% a 10% dos praticantes no corrente ano o que prevemos que até poderemos aumentar pois com a crise a procura pode ser ainda maior das nossas atividades gratuita.

Valor Total Global: 21990 €

Resumo

**Participação AFPORTO Fut 7, Benjamins, Infantis
Fut 11 Iniciados Juvenis
Futsal Feminino**

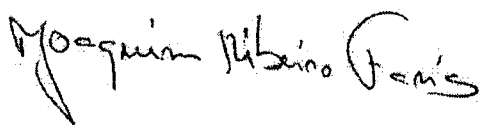
Inatel – Equipa Sénior Fut 11

Concelhio – Equipa Futsal Júnior

Liga Mini Futuro PETIZES e TRAQUINAS

Realização Torneio de Escolinhas Vila das Aves

O Presidente





8. F) Com o Centro de Atletismo de Santo Tirso.-----

Considerando a informação dos serviços de desporto de dezanove de agosto findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número oito mil novecentos e noventa e dois;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo Centro de Atletismo de Santo Tirso, pessoa coletiva número 503 201 553, com o seu ofício de catorze de agosto findo, registado com o número oito mil seiscientos e trinta e um;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço Segurança Social Direta, em trinta e um de julho último, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e nove de julho último, válida por três meses.-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Centro de Atletismo de Santo Tirso, merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2047/2014, de dezanove de agosto findo.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do referido contrato programa estão registados no sistema de contabilidade, conforme documento número 2246/2014, da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa.-----



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "C.A.S.T. – CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Sílvia Maria de Sousa Coelho Alves, casada, natural da freguesia de Bairro, concelho de Famalicão, portador do Cartão de Cidadão n.º 080 689 63, residente na Rua Ferreira de Lemos, n.º 108, 5º andar, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, Presidente do "C.A.S.T. - Centro de Atletismo de Santo Tirso", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 503 201 553, com sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 17, da referida freguesia e concelho, adiante designada por C.A.S.T.

Pressupostos:

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Centro de Atletismo de Santo Tirso promove provas de grande dimensão na modalidade de Atletismo, provas estas que movimentam um elevado número de atletas e dirigentes;

Considerando que o Centro de Atletismo de Santo Tirso tem elevadas despesas na organização das referidas provas;



Considerando que o Centro de Atletismo de Santo Tirso colabora com o MST na organização de diversos eventos desportivos de relevo nacional, como sendo a Milha Urbana e a São Silvestre.

Entre o Município de Santo Tirso e o "C.A.S.T. Centro de Atletismo de Santo Tirso":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa



O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo C.A.S.T., que a seguir se enuncia:

- Promoção e organização da Prova "14ª Milha Urbana de Santo Tirso";
- Promoção e organização da Prova "17ª S. Silvestre de Santo Tirso".

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 24.400,00€ (vinte e quatro mil e quatrocentos euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

72

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- O C.A.S.T., obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do C.A.S.T.

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do C.A.S.T. assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

1- O incumprimento do presente contrato por parte do C.A.S.T., confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2047/2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

74

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2246 datado de 19 de agosto de 2014.

O Centro de Atletismo de Santo Tirso tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de Segurança Social Direta no dia 31 de julho de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 29 de julho de 2014.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO

FUNDADO 5 DE OUTUBRO DE 1992

Rua Prof. Dr. Francisco Sá Carneiro - APARTADO 152 * TELEF: 914 055 884 * FAX: 252 857 147 * 4780-909 SANTO TIRSO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2014

14ª MILHA URBANA DE SANTO TIRSO

A 14ª edição – 12 de Julho de 2014 – com início às 15.00 horas.

A Milha Urbana de Santo Tirso, integra o calendário Nacional da Federação Portuguesa de Atletismo.

As provas “Milhas Urbanas” ganham cada vez grande notoriedade e destaque, movimentando centenas de atletas e muitos milhares de espectadores.

17ª S.SILVESTRE DE SANTO TIRSO

A 16ª edição – 27 de Dezembro de 2014 – com início às 16.00 horas.

A S. Silvestre de Santo Tirso é, sem dúvida, um marco de destaque para o concelho. Mais do que uma iniciativa desportiva, é um factor de união, de importância e notoriedade. Esta prova consegue reunir milhares de pessoas, não apenas os participantes, mas também todos aqueles que, pelo apoio e camaradagem, assistem a este evento. Este, sim, é o sinal de que a S. Silvestre é um sucesso e uma referência que há muito ultrapassou as fronteiras do Concelho de Santo Tirso e faz que seja a melhor prova de Atletismo do Concelho de Santo Tirso

Para 2014 vamos voltar a realizar a Caminhada S. Silvestre, denominada “Passeio das Gerações”, destinada a todos desde os 6 aos 100 anos.

CUSTO DO PROGRAMA

14ª MILHA URBANA DE SANTO TIRSO6.500€

17ª S.SILVESTRE DE SANTO TIRSO.....17.900€

TOTAL: 24.400€



9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO ROTÁRIA PORTUGUESA.-----

Presente ofício do Rotary de Santo Tirso, de vinte e seis de agosto findo, registado com o número oito mil novecentos e quinze, a solicitar a atribuição de uma comparticipação financeira para a atribuição de bolsas de mérito a alunos do ensino superior do concelho de Santo Tirso.-----

Sobre o assunto foi prestada informação pela diretora do departamento do desporto, educação, cultura e ação social, datada de vinte e sete de agosto findo, registada no sistema de gestão documental com o número oito mil novecentos e noventa e nove.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento nos considerandos constantes da aludida informação técnica, cujo teor se dá por inteiramente transcrito, que a câmara municipal deliberasse atribuir à Fundação Rotária Portuguesa, pessoa coletiva número 501 129 081, uma comparticipação financeira no montante de 10.000,00€ (dez mil euros) para a atribuição de bolsas de mérito a alunos do ensino superior do concelho de Santo Tirso, com a salvaguarda dos princípios da igualdade, proporcionalidade, imparcialidade e proporcionalidade.-----

Mais propôs que a atribuição da referida comparticipação seja efetuada na condição da Fundação Rotária Portuguesa se comprometer a apresentar a listagem dos beneficiários das bolsas de mérito e respetivas áreas de formação bem como a que os mesmos venham a colaborar com a câmara municipal na participação em colóquios, seminários, workshops e outras iniciativas relacionadas com a respetiva área de formação.-----

O valor da comparticipação será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica nº 06020305, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 2107/2014 de vinte e nove de agosto findo.-----

O compromisso inerente à referida despesa está registado no sistema de contabilidade com o nº 2336/2014 na mesma data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

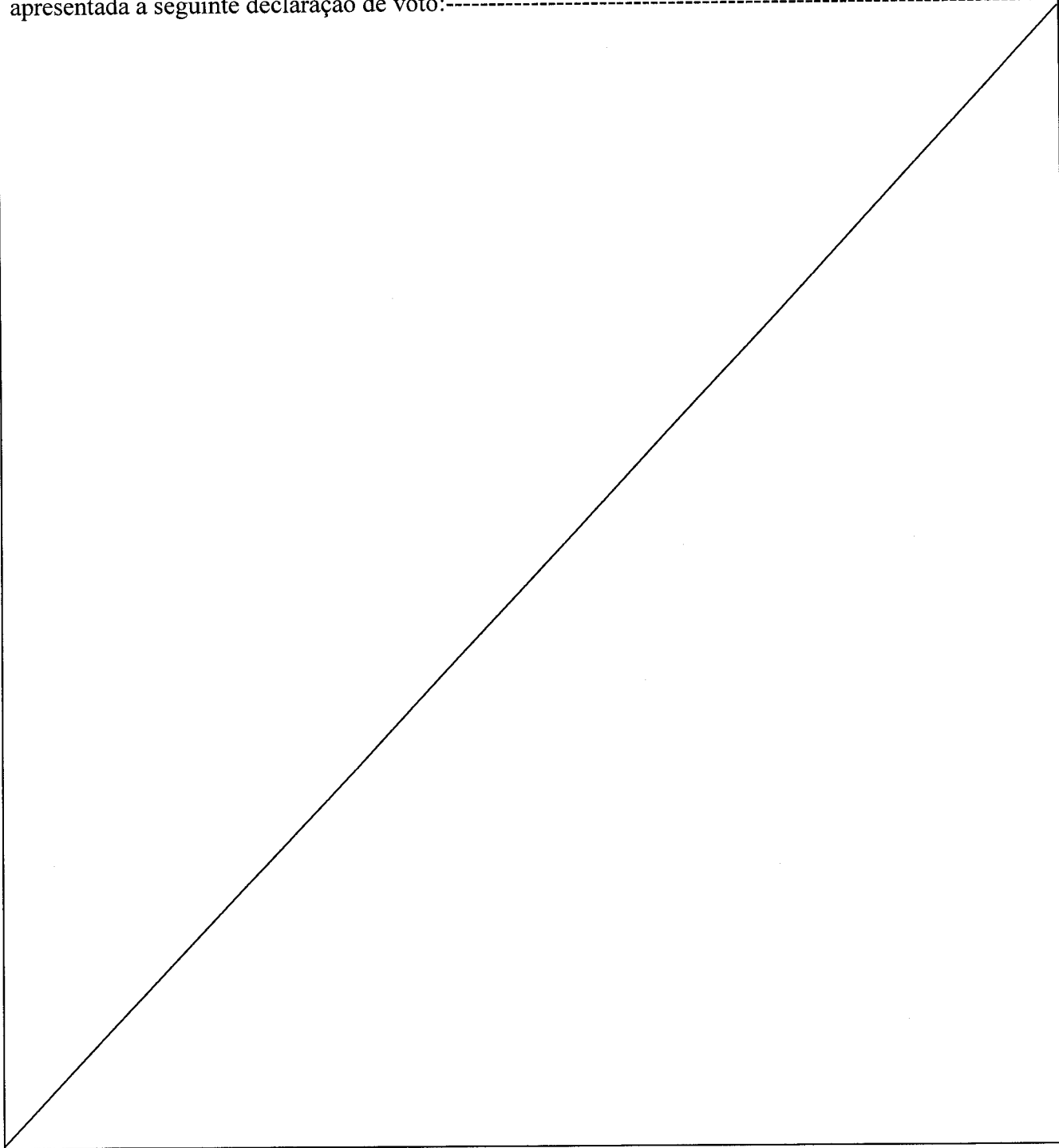
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 21 Fl. 77
02 de setembro de 2014

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----



Declaração de Voto

Atribuição de subsídio à Fundação Rotária Portuguesa

Para os edis eleitos nas lista do Partido Socialista a educação é uma prioridade, como tal, entendemos que é nosso dever ajudar a criar as condições no nosso concelho para que os nossos jovens de mérito, possam ter oportunidades de acesso mais facilitadas à formação superior e pós graduada.

Esta colaboração com a Fundação Rotária, que já possui um vasto trabalho nesta área, é no nosso entender importante e estratégica, pois permite à nossa autarquia em conjunto com o Rotary Club e com empresários do nosso concelho criar uma plataforma de apoio conjunta, aos jovens de Santo Tirso.

Decidimos ainda inovar, propondo que a atribuição do referido apoio seja efetuada na condição da Fundação Rotária Portuguesa se comprometer que os respetivos beneficiários venham a colaborar com a Câmara Municipal de Santo Tirso na participação em colóquios, seminários, workshops e outras iniciativas relacionadas com a respetiva área de formação.

Pelo acima exposto os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de **Atribuição de subsídio à Fundação Rotária Portuguesa.**

Santo Tirso, 2 de setembro de 2014



10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DO INFANTÁRIO DE VILA DAS AVES PARA COLÓNIA DE FÉRIAS/2014.-----

Presente informação da divisão de educação, de trinta de julho último, registada com o número oito mil novecentos e catorze, a sugerir a atribuição de um subsídio à Associação do Infantário de Vila das Aves, para a realização da colónia de férias de 2014, a qual inclui setenta e duas crianças.-----

Tendo em conta os seguintes considerandos:-----

Considerando que no verão esta instituição do concelho promove colónia de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças do concelho;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorre a colónia de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças;-----

Considerando, finalmente, que a câmara municipal não pode ficar indiferente perante esta realidade social e educativa, devendo, à semelhança de anos anteriores, estimular e apoiar de forma inequívoca as diferentes iniciativas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo do disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à referida associação, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 576,00€ (quinhentos e setenta e seis euros).-----

A despesa com a atribuição do referido subsídio encontra-se devidamente cabimentada, conforme proposta de cabimento nº 1980/2014, de seis de agosto findo.-----

O compromisso decorrente da presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o nº 2175/2014 da mesma data. -----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASAS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO CASA DO SOL.-----

Presente ofício da ASAS – Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, de trinta de abril último, registado com o número quatro mil quinhentos e sessenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com os trabalhos de substituição do telhado do Centro de Acolhimento Temporário Casa do Sol.-----

Tendo em conta os seguintes considerandos:-----

Considerando que a ASAS tem prestado um forte contributo no desenvolvimento da política social concelhia, no âmbito do acolhimento de menores em situação de risco;-----

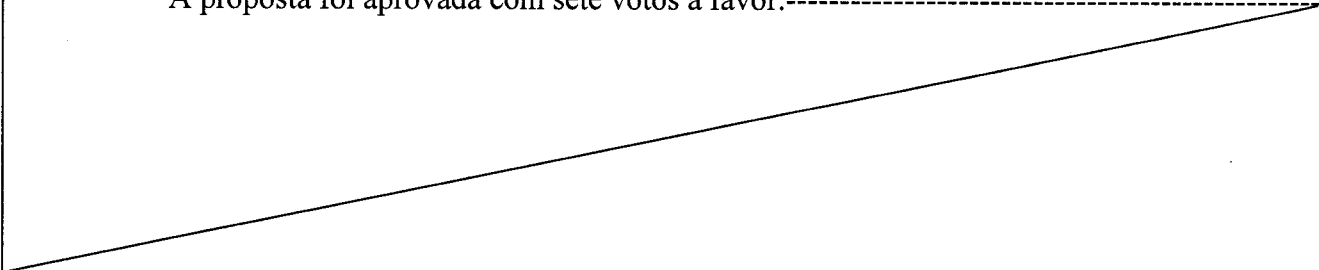
Considerando as competências da câmara municipal para apoiar entidades legalmente existentes com a execução de obras ou realização de atividades de interesse para o município, conforme resulta das disposições conjugadas previstas nas alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à ASAS – Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, pessoa coletiva nº 502 802 685, um subsídio no montante de 8.199,41€ (oito mil cento e noventa e nove mil e quarenta e um cêntimos), para ajudar a custear as referidas obras.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento nº 2110/2014 de vinte e seis de agosto findo.-----

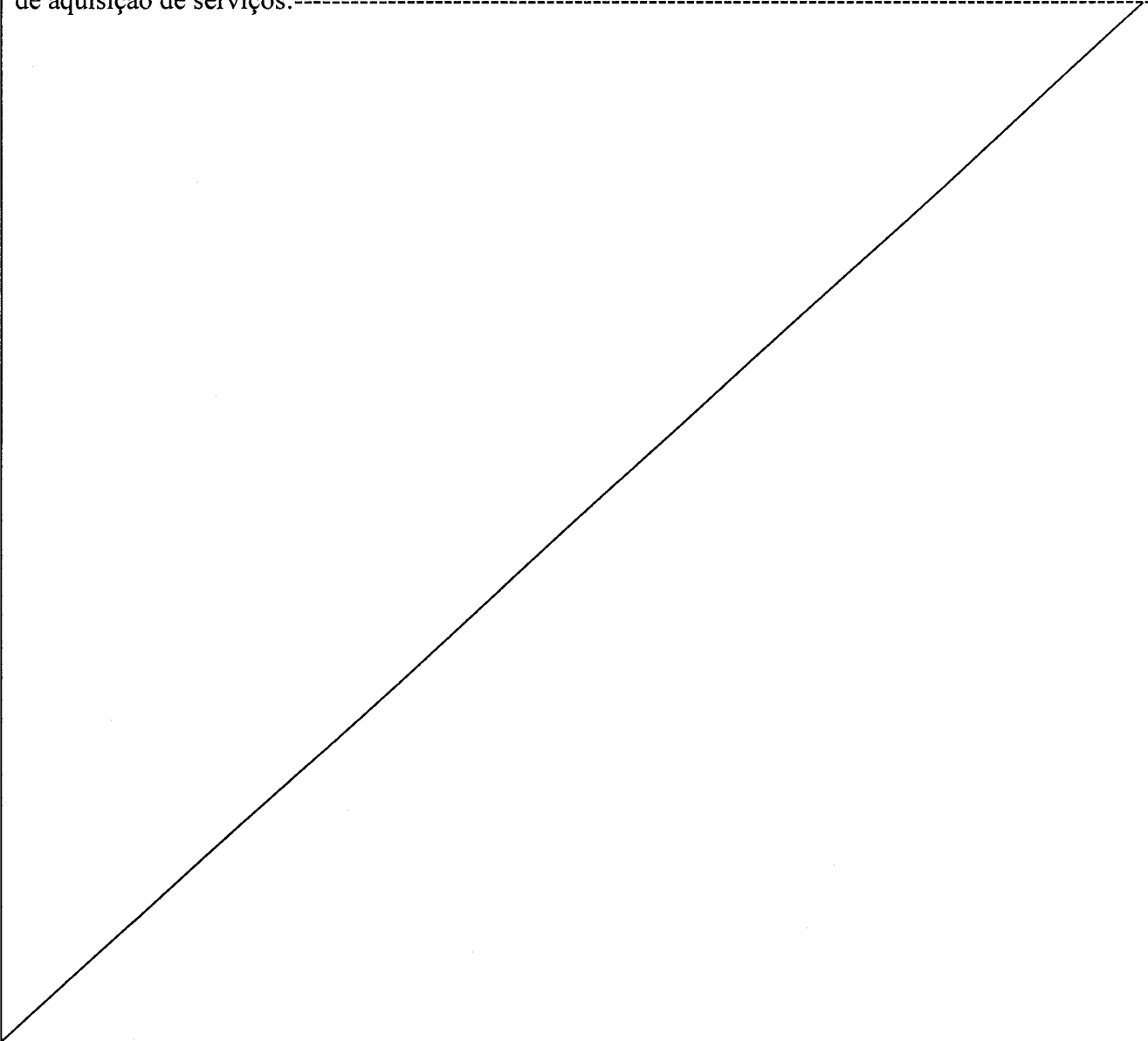
O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o nº 2307/2014 com a mesma data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**12. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





12. A) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM ESTUDO PRELIMINAR PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM SKATE PARQUE NA FÁBRICA DE SANTO THYRSO.--

Presente informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de vinte e dois de julho último, registada com o número oito mil novecentos e noventa e quatro, a qual se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente, para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Tendo em conta que se dão por preenchidos todos os requisitos legais previstos no nº 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse emitir parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica a equipa externa, com competências na área, e com assessoria de especialistas internacionais na matéria, para elaboração de um estudo preliminar para a implantação de um skate parque na Fábrica de Santo Thyrsó.-----

O custo estimado do valor do contrato a celebrar é de 73.000,00€ (setenta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

A presente contratação encontra-se prevista no PPI do corrente ano com o nº 39/2002.----

A celebração do presente contrato implica encargos nos anos económicos de 2014 e 2015, encontrando-se a assunção deste compromisso plurianual abrangida pela autorização genérica da assembleia municipal proferida por deliberação de vinte de dezembro de dois mil e treze (item 11).-----

Os encargos estimados com a celebração do referido contrato de prestação de serviços, no presente ano económico, no montante de 30.750,00€, com IVA incluído, serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 070115, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento nº2113, vinte e seis de agosto findo.-----



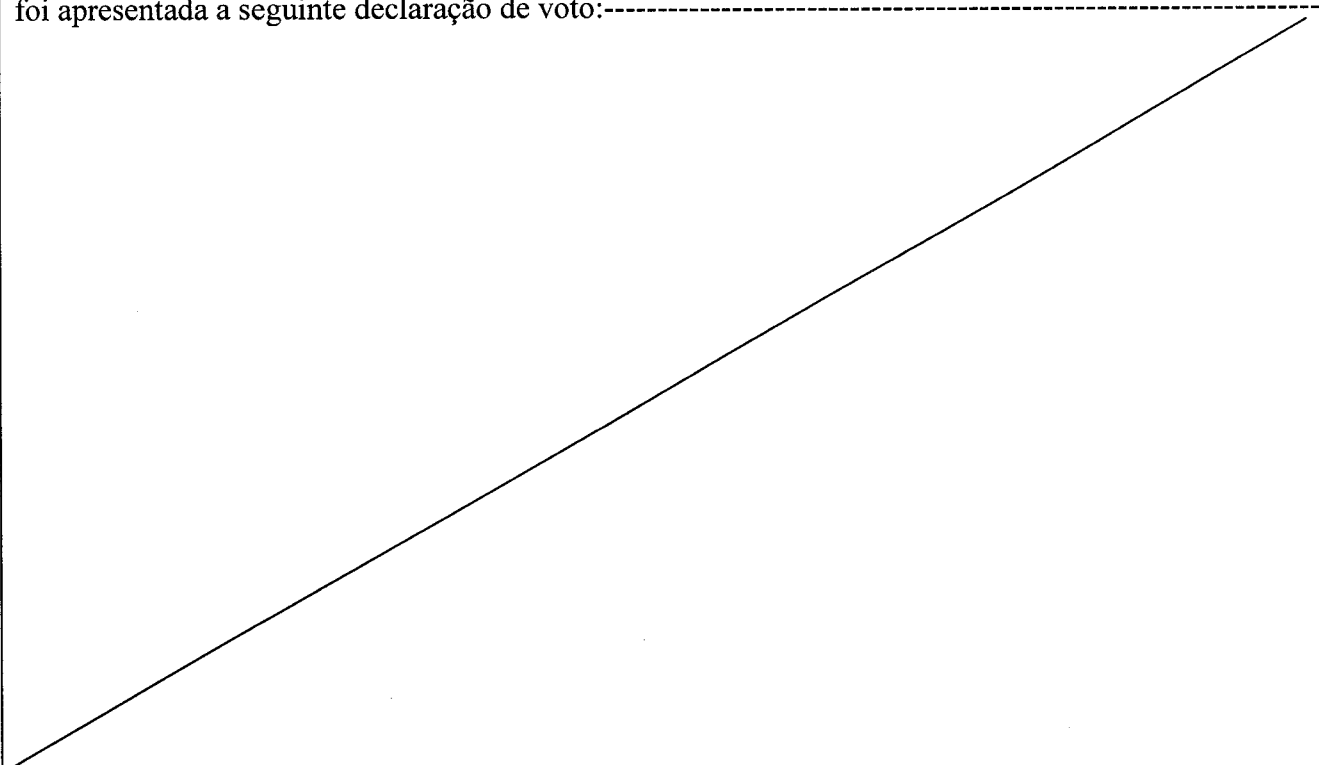
Os encargos estimados a assumir no ano económico de 2015, no montante de 59.040,00€ (cinquenta e nove mil e quarenta euros), com IVA incluído, serão suportados pelo orçamento do mesmo ano.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta, porque também entendemos que é necessário requalificar e dinamizar toda a área que envolve a Fábrica de Santo Thyrsó. Isto, apesar das reservas que temos relativamente ao conteúdo que serve esta proposta, cujo valor é significativo. Apesar das reservas que aludimos, acompanhamos a câmara nesta proposta com a expectativa que, numa fase subsequente, nos permita e, simultaneamente, aos tirsenses perceberem a dimensão que este projeto possa trazer à Fábrica de Santo Thyrsó”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----



Declaração de Voto

Contratação prestação de serviços para a elaboração de Estudo preliminar para a implantação de um Skate Parque na Fábrica de Santo Thyrsó

A Fábrica de Santo Thyrsó tem vindo nos últimos anos a ser reabilitada com novas funções, dentro do conceito de Quarteirão Cultural que assenta na complementaridade de áreas do conhecimento, da tecnologia e artísticas que favorecem o aparecimento de novas ideias e negócios de índole criativa.

Para este conceito concorrem ainda a mobilização de população jovem e urbana que, pela sua natureza criam ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novas ideias

Um projeto de skate parque inovador, que traga consigo agregadas outras atividades complementares de âmbito desportivo ou mesmo empresarial, pode constituir uma valência que contribua para o fortalecimento do projeto da Fábrica.

A realização de estudo preliminar, de forma a identificar as valências a instalar, as áreas necessárias e o modelo de gestão a aplicar parece-nos o passo mais apropriado a dar nesta fase para garantir que o projeto reúne todas as condições para ser um sucesso, criando assim um nova vertente na oferta deste município.

Pelo acima exposto os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de parecer prévio para a **Contratação de prestação de serviços para a elaboração de Estudo preliminar para a implantação de um Skate Parque na Fábrica de Santo Thyrsó**

Santo Tirso, 2 de setembro de 2014



12. B) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE TRÁFEGO RELACIONADO COM O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA SILVA ARAÚJO EM VILA DAS AVES.-----

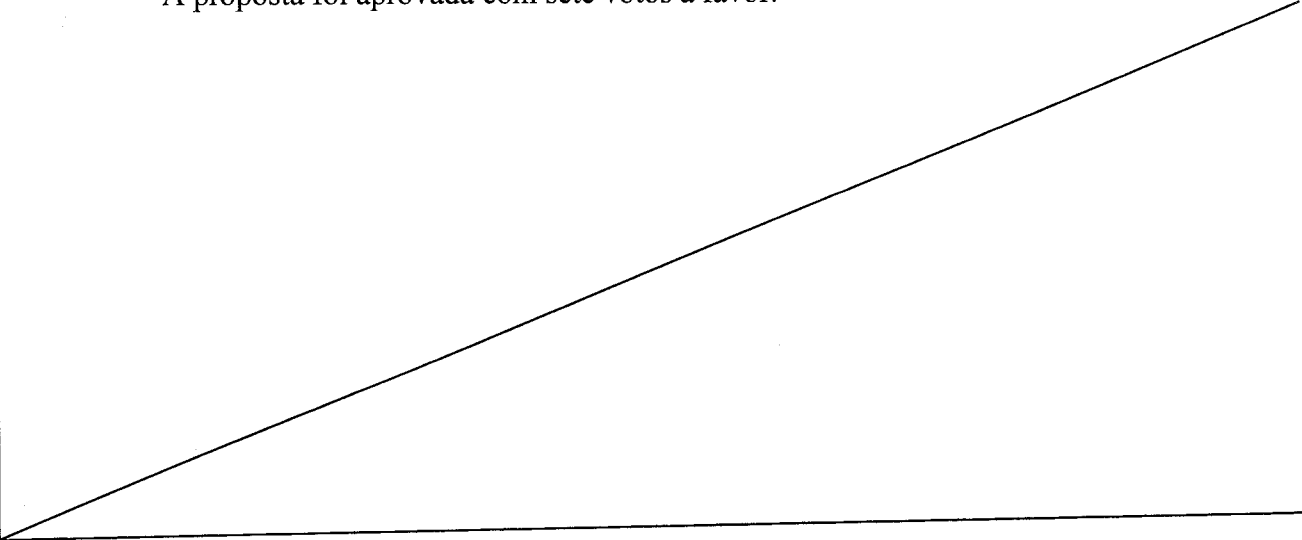
Presente informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de vinte de agosto findo, registada com o número oito mil novecentos e noventa e cinco, a qual se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente, para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Tendo em conta que se dão por preenchidos todos os requisitos legais previstos no nº 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse emitir parecer favorável à celebração do contrato para a elaboração do estudo de tráfego relacionado com a beneficiação da Rua Silva Araújo em Vila das Aves.-----

O custo estimado do valor do contrato a celebrar é de 26.000,00€ (vinte e seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com classificação económica 07010401, conforme proposta de cabimento nº 2052/2014 de dezanove de agosto findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





12. C) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO O TRANSPORTE DE CRIANÇAS.-----

Presente informação conjunta da diretora do departamento de desporto, educação, cultura e ação social e da chefe da divisão jurídica e da administração geral, de vinte e seis de agosto findo, registada com o número oito mil novecentos e noventa e sete, a qual se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente, para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Tendo em conta que se dão por preenchidos todos os requisitos legais previstos no nº 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços referido na aludida informação técnica com a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe – Vila das Aves, para assegurar o transporte de vinte e quatro crianças afetadas à Escola Básica de Cense (que foi encerrada) para a Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves. -----

A estimativa do valor global do contrato a celebrar é de 4.400,00€ (quatro mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Da celebração do presente contrato resultarão encargos plurianuais anos económicos de 2014 e 2015, no montante de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros), acrescido de IVA, no presente ano económico, e no montante de 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros), acrescido de IVA, no ano económico de 2015.-----

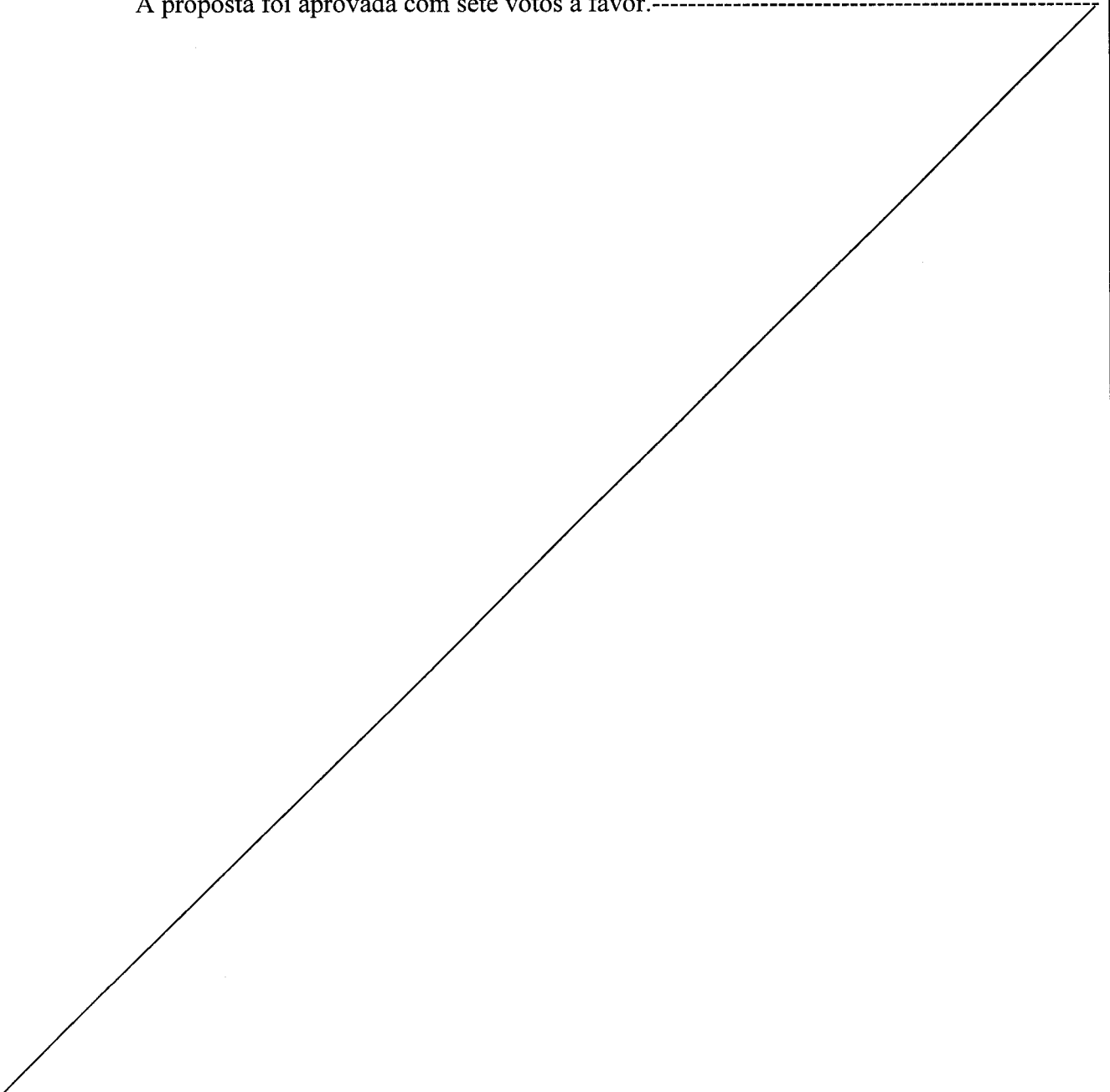
A despesa a assumir no ano económico em curso será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento nº2119, vinte e sete de agosto findo.-----

A despesa a assumir no ano económico de 2015 será suportada pelo orçamento do mesmo ano.-----



Nestes termos, mais propôs o senhor presidente que a câmara deliberasse solicitar, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, à assembleia municipal a autorização para a assunção dos referidos compromissos plurianuais.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





12. D) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO O TRANSPORTE DE CRIANÇAS.-----

Presente informação conjunta da diretora do departamento de desporto, educação, cultura e ação social e da chefe da divisão jurídica e da administração geral, de vinte e seis de agosto findo, registada com o número oito mil novecentos e noventa e oito, a qual se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente, para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Tendo em conta que se dão por preenchidos todos os requisitos legais previstos no nº 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços referido na aludida informação técnica com a Associação do Infantário de Vila das Aves (AIVA).-----

A estimativa global do valor do contrato a celebrar é de 1.925,00€ (mil novecentos e vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Da celebração do presente contrato resultarão encargos plurianuais anos económicos de 2014 e 2015, no montante de 700,00€ (setecentos euros), acrescido de IVA, no presente ano económico, e no montante de 1.225,00€ (mil duzentos e vinte e cinco euros), acrescido de IVA, no ano económico de 2015.-----

A despesa a assumir no ano económico em curso será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento nº2120, vinte e sete de agosto findo.-----

A despesa a assumir no ano económico de 2015 será suportada pelo orçamento do mesmo ano.-----

Nestes termos, mais propôs o senhor presidente que a câmara deliberasse solicitar, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, à assembleia

Reunião : ORDINÁRIA

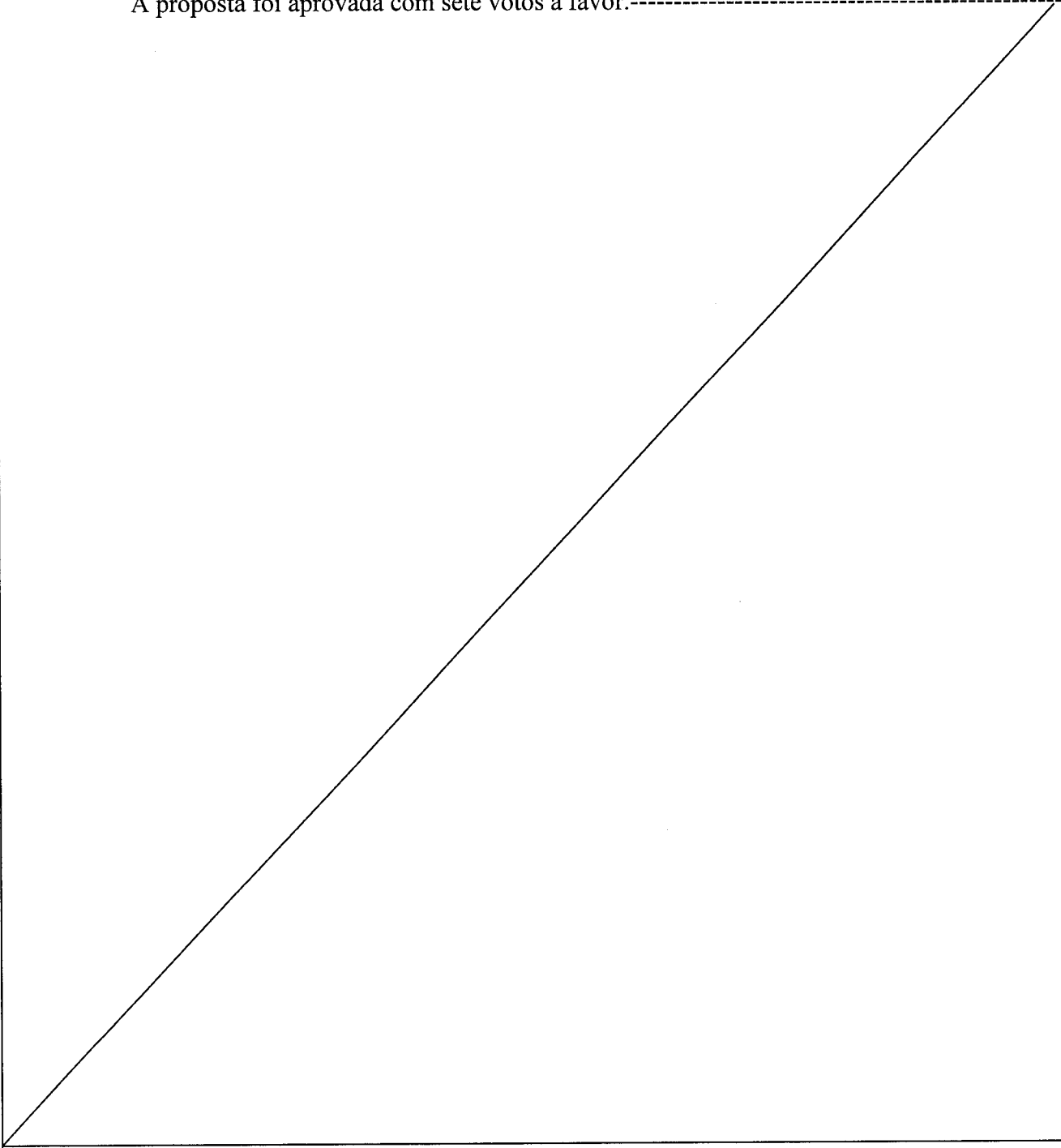


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 21 Fl. 89
02 de setembro de 2014

municipal a autorização para a assunção dos referidos compromissos plurianuais.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

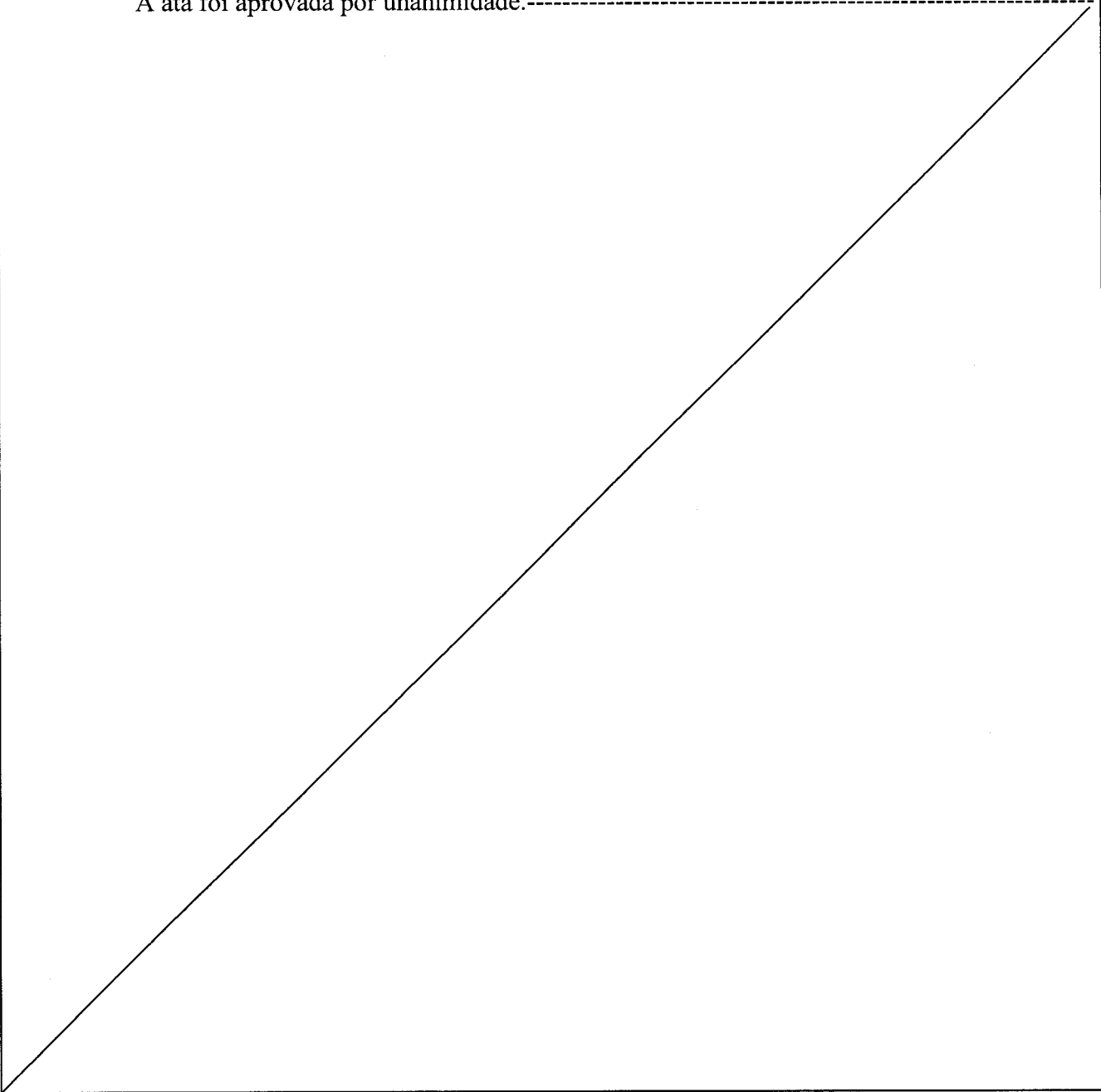


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 21 Fl. 90
02 de setembro de 2014

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem noventa e uma folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo (anexo I, respeitante ao item quatro), que eu *Jianc*

Paulo Ferreira Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 16/09/2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas dez da respetiva minuta).-----

A Secretária *Jianc Paulo Ferreira Salgado*